

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8.045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (REVOGA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI Nº 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS Nº 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADOS.**

**PROJETO DE LEI Nº 8.045, DE 2010, E APENSADOS**

Código de Processo Penal

**Autor:** Senado Federal

**Relator:** Deputado João Campos

**EMENDA MODIFICATIVA Nº**

O artigo 202 do PL nº 8045/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 202. ....

I – requisitar à autoridade competente, pessoas e entidades públicas ou privadas, documentos, dados e informações necessários à realização dos exames periciais;

II – requisitar serviços técnicos especializados e meios materiais e logísticos de outros órgãos públicos, sem ônus, inclusive de outra especialidade de perícia nos casos onde envolver mais de uma especialidade, a serem executados em prazo previamente estabelecido.

III - requisitar auxílio de outras forças policiais a fim de garantir a segurança necessária à realização dos exames;

IV - requisitar exames periciais específicos.

V - Realizar entrevistas com testemunhas ou investigados.

§ 1º A coleta de vestígios e o exame pericial poderão ser realizados em qualquer dia e horário, caso haja condições técnicas.

§ 2º Os exames periciais e o respectivo laudo pericial não poderão ser elaborados por perito oficial de natureza criminal que não foi designado pelo Diretor do Órgão de Perícia e que não estejam lotados e em exercício no referido Órgão na ocasião da designação.”(NR).

**JUSTIFICAÇÃO**

O papel da investigação científica cresceu exponencialmente nas apurações de crimes desde a promulgação do Código de Processo Penal vigente. A investigação não pode ser mais tão cartorária. Ela precisa adequar-se, e um dos aperfeiçoamentos é garantir a condução das perícias de forma isenta, imparcial e eficaz.

Para tanto, os Peritos Oficiais não só podem como devem ter acesso a quaisquer

documentos, cujo o conteúdo não seja resguardado por legislação específica, e que contenham informações de interesse da elaboração dos exames periciais requisitados. A busca dessas informações, que eventualmente pode exigir até a entrevista de testemunhas ou investigados ou a requisição de dados em outros órgãos públicos ou empresas privadas é essencial para que durante os exames de local de crime ou posteriormente, se possa definir as hipóteses científicas a serem averiguadas com base nos vestígios materiais e documentais disponíveis para exame.

Não permitir que os Peritos Oficiais requisitem documentos ou realizem entrevistas não é condizente com os ditames da Lei nº 12.030/09, que dispõe sobre as perícias oficiais de natureza criminal, no tocante ao fato de que a prova pericial deve ser conduzida com imparcialidade e independência funcional.

Ademais, a requisição de documentos e serviços técnicos especializados são prerrogativas de órgãos semelhantes conforme previsto, por exemplo, no artigo 101 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU).

Sala das Comissões, em                      de                      de 2016

Deputado **VALTENIR PEREIRA** (PMDB/MT)